

Comemorados dez anos das relações Brasil/Cuba

O Congresso Nacional comemorou ontem, em sessão especial, os 10 anos de reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba. **Página 8**

Senadores debatem com Bresser reforma do Estado

Ministro ouve críticas à decisão de não conceder reajuste ao servidores públicos e explica as razões do governo



Solenidade no auditório Petrônio Portella abriu comemoração do dia internacional contra drogas

Sarney destaca ações do Congresso contra as drogas

Ao abrir a solenidade do Dia Internacional Contra o Abuso de Drogas, na manhã de ontem, o presidente do Senado, José Sarney, destacou o papel que o Congresso vem desempenhando no combate ao tráfico, com a aprovação de medidas de incentivo à cooperação internacional e aperfeiçoamento da legislação brasileira, e disse que o Legislativo está atento ao problema, bem como à crescente utilização do nosso território por organizações de traficantes.

- É preciso estender ao máximo a rede de cooperação internacional já existente, garantindo-lhe formas eficazes de ação, já que não é viável levar adiante apenas políticas isoladas de combate às drogas, dentro das fronteiras nacionais de qualquer país - afirmou Sarney.

O vice-presidente Marco

Maciel, no exercício da Presidência da República, também participou da solenidade, ao lado do governador Cristóvam Buarque, do Distrito Federal, e de diversos deputados e senadores. O programa comemorativo do Dia Internacional Contra o Abuso de Drogas começou com a solenidade no auditório Petrônio Portella, do Senado, e terminou, à noite, com um *show* musical no gramado defronte ao Congresso Nacional.

José Sarney assinalou que, nos últimos anos, o Congresso aprovou inúmeros acordos bilaterais de cooperação na área de entorpecentes.

No plano interno, acrescentou Sarney, o esforço dos parlamentares pelo aprimoramento da legislação resultou na entrada em vigor, no ano passado, de lei que dispõe sobre o controle da produção e comer-

cialização de insumos e produtos químicos utilizados na fabricação de substâncias entorpecentes.

O presidente do Senado apelou às autoridades e lideranças sociais e comunitárias no sentido de que multipliquem as ações e esforços destinados a oferecer aos jovens alternativas de educação, cultura e trabalho capazes de desviá-los do caminho das drogas.

A Comissão de Assuntos Sociais vai elaborar projeto para controle do cigarro. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da comissão, Bení Veras, após depoimento em que o presidente do Instituto Nacional do Câncer, Marcos Moraes, admitiu a possibilidade de estar sendo adicionada amônia aos cigarros.

Páginas 2 e 3

Os riscos e as oportunidades da reforma administrativa foram debatidos pelos senadores e pelo ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luís Carlos Bresser Pereira, que compareceu ontem ao plenário. O ministro foi também questionado por diversos senadores a respeito da decisão do governo de não conceder reajuste salarial para os servidores públicos na data-base.

Entre os pontos questionados pelos dez senadores que interpelaram o ministro, há a denúncia de que a terceirização - e não a estabilidade - está elevando as despesas com pessoal. O ministro ouviu críticas também à prática do governo de conceder reajustes diferenciados para determinadas categorias dos servidores públicos. **Páginas 4 e 5**

NESTA EDIÇÃO

Comissão da Amazônia colhe depoimentos

Página 6

Freire pede urgência para projeto de ACM

O senador Roberto Freire quer apressar a votação de projeto do senador Antonio Carlos Magalhães que proíbe a demissão de funcionários aos bancos que usam o Proer. **Pág. 6**

Para Maldaner, droga é questão de segurança nacional

Senador adverte que o consumo cresce e que o País já tem 15 milhões de dependentes de álcool, dos quais boa parte é constituída por jovens de menos de 15 anos

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem, em discurso, que o governo brasileiro declare que a proliferação das drogas seja uma questão de segurança nacional, como os Estados Unidos fizeram recentemente.



Casildo Maldaner

Ele justificou afirmando que "é crescente no País o consumo de drogas, principalmente da maconha. Existe ainda o problema das chamadas drogas legais, ou seja, que podem ser comercializadas livremente. O Brasil já tem 15 milhões de dependentes de álcool, uma boa parte de jovens com menos de 15 anos".

- A ONU começa a adotar uma agressiva política de combate às drogas, dando priorida-

de a campanhas mundiais nos moldes do antitabagismo. Vem inclusive cobrando dos governos sul-americanos legislação especial que permita o confisco dos capitais suspeitos e apreensão de bens e propriedades adquiridos

com dinheiro do tráfico - informou.

Na opinião de Casildo Maldaner, as drogas se transformaram no "mal do século" e o Congresso deve se unir ao Executivo e ao Judiciário não só para criar condições de combater o tráfico, mas também possibilitar o tratamento dos jovens viciados. "Acredito que com amor e informação seremos capazes de superar esse problema."

Tuma questiona quem defende a descriminação

Ao lembrar ontem o Dia Internacional Contra o Abuso de Drogas instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que se sentiria mais feliz se estivesse festejando o encerramento do programa internacional.

Tuma argumentou que a própria ONU prova que o narcotráfico internacional movimenta quase R\$ 35 milhões por hora ou R\$ 300 bilhões por ano. O senador indaga se "as pessoas que, até por boa fé, propõem a descriminação das drogas não se dão conta da dimensão do terrível problema".



Romeu Tuma

Para Romeu Tuma, nem os países mais liberais escapam do crime organizado. Informou ter a polícia da Holanda desmontado recentemente plano de traficantes contra autoridades que combatem o submundo da droga em Amsterdã.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h - Preside reunião da Comissão Diretora.
14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado Federal.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 32/95, PLC nº 66/95 e PLS nº 251/95 que instituem, respectivamente, o número único de registro civil, a carteira de identidade única e o registro único para a identificação dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no País; *PLC nº 87/91, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.857/60, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico; e *PLS nº 82/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.004/90, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; *PLS nº 232/95 (terminativo), que nomeia comissão mista para elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos, e dá outras providências; e *Mensagens nºs 150 e 157/96, submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Geraldo Afonso Muzzi e Sérgio de Queiroz Duarte para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Nigéria e à China, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto a Benin e à Mongólia, respectivamente. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 2/96 (terminativo), que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional dos Povos da Floresta"; *PLS nº 58/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação; e *Projeto de Resolução nº 51/96 - CN (não terminativo), que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Terminativas - *PLS nº 83/95, que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime da Previdência Social; *PLS nº 136/95, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; *PLS nº 160/95, que dispõe sobre o exercício da profissão de agente comunitário de saúde; e *PLS nº 180/95, que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação

Pauta: Exposição do diretor do Ipea e coordenador nacional do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, Cláudio Considera. Debatedores: diretor do Ipea, Gustavo Maia Gomes; e assessor especial do Ministério do Trabalho, Jorge Jatobá. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95

Pauta: Leitura, discussão e votação do relatório final da comissão. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

CAS vai elaborar projeto para controle do cigarro

Beni Veras, presidente da comissão, ouviu ontem sugestão do diretor do Instituto Nacional do Câncer de exigir a redução gradual dos níveis de substâncias nocivas contidas no cigarro

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) vai elaborar projeto visando a controlar e fiscalizar a qualidade do cigarro produzido no Brasil, principalmente os teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da comissão, senador Beni Veras (PSDB-CE), após depoimento em que o diretor do Instituto Nacional do Câncer (INC), Marcos Moraes, admitiu a possibilidade de estar sendo adicionada amônia aos cigarros brasileiros.

- O teor de amônia contida no cigarro brasileiro é extremamente maior do que nos demais cigarros. A gente não acha que foi geração espontânea. Provavelmente, ela é adicionada, de alguma forma, no preparo - disse o diretor.

A discussão sobre o assunto foi motivada por denúncia publicada em reportagem da revista *Veja*. A comissão, acolhendo requerimento de Romero Jucá (PFL-RR), havia convidado o ministro da Saúde, Adib Jatene, para prestar esclarecimentos a respeito. Jatene, entretanto, compareceu apenas no início da reunião e indicou Moraes para falar sobre a questão.

CÂNCERES

Marcos Moraes informou que cinco marcas brasileiras de cigarro foram examinadas pelo laboratório canadense Labstat. Os resultados indicaram uma concentração muito alta de nicotina, de monóxido de carbono e de alcatrão. As marcas avaliadas são: *Derby King Filter*, *Hollywood Extra*, *Dallas*, *Marlboro* e *Free*.

Marcos Moraes disse que o cigarro, responsável por 30% de todos os cânceres e por mais de 90% dos cânceres de pulmão, tem cerca de 1.470 substâncias prejudiciais à saúde. Por ano, informou, 100 mil brasileiros morrem de doenças de



Os senadores da CAS colheram subsídios ontem para o projeto sobre cigarros

correntes do tabagismo. Ele explicou que há duas formas de se manipular a nicotina: genética (criação de uma variedade de tabaco, Y1, com duas vezes e meia a mais de nicotina) e

química (adição de produtos ao cigarro, entre eles os sais de amônia).

O diretor do INC fez várias sugestões aos senadores sobre o que uma lei de controle de qua-

lidade do cigarro deve prever, entre as quais a obrigatoriedade de divulgação, nos maços de cigarro, dos teores de alcatrão, monóxido de carbono e nicotina. Moraes propôs que os níveis dessas substâncias tenham um limite máximo, a partir de 1988, e que esses limites se-

jam reduzidos mais ainda numa segunda etapa, a partir do ano 2000. Sugeriu também a proibição do fumo em ambientes fechados e maior fiscalização das indústrias.

Senadores querem restringir tabagismo

O ministro da Saúde, Adib Jatene, disse ontem aos senadores da CAS que a luta contra o cigarro é importante, porque este é um dos poucos agentes produtores de doenças que têm propaganda relativamente livre.

Jatene também destacou que a partir do dia 1º será proibido fumar em todos os vãos internacionais, conforme acordo firmado entre a lata e a OMS. Jatene referiu-se a essa restrição após Romero Jucá (PFL-RR) ter citado projeto de sua autoria proibindo que se fume em viagens aéreas.

Jucá observou que o convite ao ministro para falar sobre o "superfumo" demonstra a intenção da comissão de fazer uma parceria com o governo na luta contra o tabagismo.

Já nos debates com o diretor do Instituto Nacional do Câncer, Marcos Moraes, José Alves (PFL-SE) lembrou que tramita na comissão projeto de Júlio Campos (PFL-MT)



Adib Jatene participou do debate sobre tabagismo na comissão

que proíbe a comercialização, no Brasil, do Y1 (o "superfumo").

O senador Edison Lobão (PFL-MA) interessou-se em saber a quantidade de substâncias absorvidas pelos não-fumantes. Moraes esclareceu que a fumaça primária - absorvida pelos fumantes - é menos prejudicial do que a secundária - que exala da ponta do cigarro e é absorvida pelos não-fumantes. Mas explicou que os fumantes são mais afetados em sua saúde porque recebem os dois tipos de fumaça.

O senador Romero Jucá indagou se leis mais severas produzem efetivamente a redução do consumo. Moraes afirmou que a advertência contida nos

maços de cigarro e o anúncio, na televisão, dessa advertência diminuiriam o consumo de cigarros.

Já a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que o controle do tabagismo não era uma questão de interesse apenas da comissão, mas sim de todo o Congresso.

Último debatedor, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) perguntou sobre a existência de algum estudo comparativo com uma comunidade fechada onde não houvesse consumo de derivados do tabaco. Marcos Moraes respondeu que já foi feito estudo nesse sentido, e o resultado indicou incidência muito menor de doenças.

BRESSER NO SENADO

Reajuste de servidor domina debate no plenário

Ministro também explica reforma administrativa aos senadores e informa que governo pensa em criar agências autônomas para gerir serviços onde presença do Estado ainda é essencial



Bresser explica aos senadores as razões que levaram o governo a não conceder reajuste para os servidores

Terceirização eleva despesa, denuncia Rocha

Não é a estabilidade que promove um aumento de despesas para o governo. Os estados e municípios



Rocha

é que aumentaram seus quadros de funcionários e, conseqüentemente, suas despesas, através da terceirização e dos contratos administrativos, sem concurso público, conforme determina a Constituição.

A denúncia foi feita pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) durante o debate com o ministro Bresser Pereira. Em sua resposta, o ministro disse que a terceirização torna o Estado mais moderno.

Rocha indagou ao ministro Bresser Pereira como ficará a situação dos policiais militares dos ex-territórios pagos pela União. O ministro disse que não haverá demissão por excesso de pessoal, mas por deficiência de desempenho.

Júnia pergunta onde foi parar o dinheiro previsto para o aumento

Depois de violar a lei ao não conceder aumento salarial na data-base dos servidores, o governo não explicou onde foi parar o dinheiro previsto para isso no Orçamento de 96, questionou a senadora Júnia Marise (PDT-MG), autora do requerimento de convocação de Bresser.

- Na mensagem do projeto de lei do Orçamento de 96 estava contida previsão de reajuste de 10,86%. Como não foi dado aumento, onde foi parar



Júnia Marise

este dinheiro? - perguntou Júnia Marise.

O ministro Bresser Pereira ponderou que "talvez a previsão orçamentária não estivesse perfeita". Pouco depois, afirmou que os servidores tiveram um "aumento real" de salários de 28% de 1994 a 1995. Pressionado por Júnia Marise, ele admitiu, no entanto, que "alguma perda certamente houve" nos salários do funcionalismo depois da implantação do Plano Real.

Suplicy cobra política salarial uniforme para a categoria

No final de 94 e neste ano, o governo concedeu 13 aumentos para algumas categorias de servidores, entre eles os militares e os funcionários da Polícia Federal, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). "Não seria mais útil à sociedade o governo definir uma política salarial para o serviço público? Os servidores não terão este ano nenhum aumen-

to?", perguntou o senador.

Bresser Pereira disse que uma característica do serviço público federal brasileiro é o desequilíbrio de remuneração entre categorias. Indiretamente, descartou a possibilidade de aumento linear nos salários do funcionalismo, neste ano, ao assinalar que "não haverá nova indexação de salários no serviço público".

Convocado por iniciativa da senadora Júnia Marise (PDT-MG), o ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luís Carlos Bresser Pereira, compareceu na tarde de ontem ao plenário do Senado para explicar a reforma administrativa e a razão pela qual o governo não concedeu reajuste ao servidor público este ano. O ministro atribuiu a decisão governamental a dois motivos - o crescimento do déficit público, que em 1995 chegou a 4,9% do PIB (Produto Interno Bruto), e o aumento real do salário médio do funcionalismo em 28%, entre 1994 e 1995.

Bresser Pereira explicou que o déficit público vinha diminuindo de 1990 a 1994, mas cresceu em 1995, tornando impossível para o governo conceder o reajuste. Em sua exposição, o ministro resumiu o plano de reforma do governo, dizendo que, a curto prazo, ele visa ao ajuste fiscal, particularmente nos estados e municípios, onde é evidente o problema do excesso de quadros. A médio prazo, a ideia do governo é tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o interesse dos cidadãos.

O ministro argumentou que as atividades exclusivas do Estado devem ser aquelas nas quais exerce o poder de legislar e tributar. Isso inclui a polícia, forças armadas, órgãos de fiscalização e regulamentação, entidades como o SUS (Sistema Unificado de Saúde), entre outros. Bresser Pereira afirmou que as atividades exclusivas do Estado devem organizar-se mediante um sistema de agências autônomas, com dirigentes nomeados pelos ministros via contrato de gestão. Uma vez estabelecidos os objetivos qualitativos e quantitativos desse contrato, o dirigente terá ampla liberdade para gerir o orçamento e os servidores.

BRESSER NO SENADO

Senadores vêm risco na reforma administrativa

Para Emília Fernandes, fim da estabilidade torna funcionários públicos sujeitos à manipulação política. Jefferson Peres quer saber como será evitada a perseguição nos estados

O risco de perseguições políticas com o fim da estabilidade dos servidores foi apontado ao ministro Bresser Pereira pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Emília Fernandes (PTB-RS).

Emília argumentou que, ao nivelar o funcionalismo por baixo, o governo o coloca em situação de risco constante, sujeitando-o à manipulação política.

A senadora disse concordar com o ministro quanto à necessidade de se buscar uma forma urgente de valorização do funcionário que "cumpre



Jefferson



Emília

seu trabalho, rende e soma", contra os que colocam seus interesses individuais acima dos coletivos.

Em sua resposta, o ministro da Administração considerou que, ao contrário do que disse a senadora, é a estabilidade que nivela os funcionários por baixo.

Jefferson, por sua vez, considerou subjetivos os critérios de avaliação para escolha dos demissíveis. Ele quis saber do ministro como "evitar que os servidores estaduais e municipais caiam nas mãos de inimigos políticos".

Bresser Pereira disse que "é preciso acreditar na nossa Justiça", único recurso disponível a um funcionário para impedir a perseguição política. Depois de ouvir a resposta, Jefferson Peres acentuou que as diferenças de opiniões dos dois eram maiores do que imaginava a princípio.

Para Simon, mudanças não mobilizam País

Durante os debates que se seguiram à exposição do ministro Bresser Pereira no plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que não percebe no Brasil sentimento público favorável às mudanças exigidas pelo País. Ele criticou a existência de dezenas de organismos administrativos para tratar de assuntos semelhantes na União, estados e municípios, e explicou que, dessa forma, dificilmente se encontrará eficácia no setor público.



Simon

Simon (PMDB-RS) disse que não percebe no Brasil sentimento público favorável às mudanças exigidas pelo País. Ele criticou a existência de dezenas de organismos administrativos para tratar de assuntos semelhantes na União, estados e municípios, e explicou que, dessa forma, dificilmente se encontrará eficácia no setor público.

Lauro põe em xeque certeza de Bresser

Citando declarações atribuídas ao próprio ministro e ao presidente Fernando Henrique Cardoso de que o Brasil se encontra



Lauro

no caos, o senador Lauro Campos (PT-DF) indagou onde Bresser Pereira encontrava tanta calma e certeza ao apresentar seu programa de reforma administrativa.

O senador não obteve resposta, o mesmo acontecendo com o pedido para que fossem citados os países onde "o enxugamento da folha de pessoal, com demissão em massa, tivesse produzido efeito".

Remanejar de onde há excesso para onde falta

O remanejamento de servidor público, das áreas em que há excesso de pessoal para as áreas de escassez, é uma das preocupações do senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele procurou saber do ministro Bresser Pereira em que ponto da reforma administrativa a busca de otimização leva em conta a rigidez da legisla-



Fogaça

ção e as resistências à mudança.

Bresser apontou como solução a busca de flexibilização das limitações, dizendo reconhecer que as dificuldades estão mais no reconhecimento da existência de excesso de servidores, em setores críticos, do que nas restrições legais aos remanejamentos.

Marluce: Enxugamento já está sendo promovido

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) indagou ao ministro Bresser Pereira se o governo já não está promovendo um enxugamento natural do quadro de servidores, uma vez que houve limitação do número de concursos.



Marluce

Marluce Pinto questionou também Bresser Pereira sobre a situação dos policiais militares dos ex-territórios que

continuam recebendo seus vencimentos pela União. Em sua resposta, Bresser Pereira disse que houve um enxugamento no número de funcionários públicos. Segundo ele, em 1989 eram 713 mil e hoje são 570 mil. Quanto aos policiais militares, ele informou que vai examinar a questão, pois eles continuam recebendo salários pela União.



Bernardo Cabral

Cabral questiona ministro sobre origem da crise

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu esclarecimento de Bresser Pereira sobre documento distribuído pelo ministro que, segundo o parlamentar, mostra que a crise da administração pública no Brasil foi iniciada durante o regime militar, e agravada com a Constituição de 1988.

A explicação de Bresser foi no sentido de que os governos militares procuraram burocratizar demais, enquanto a Constituinte equivocou-se ao tentar justamente o contrário.

Suplicy quer que Jobim esclareça investigação sobre morte de PC

Senador também pede empenho do governo federal, através do Ministério da Justiça, para apuração rigorosa do caso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que vai solicitar o comparecimento do ministro da Justiça, Nelson Jobim, ao plenário do Senado, para prestar esclarecimentos sobre as investigações a serem feitas pela Polícia Federal na apuração da morte do empresário Paulo César Farias e de sua namorada, Suzana Marcolino.

Eduardo Suplicy pediu o empenho do governo federal, através do Ministério da Justiça, para uma apuração rigorosa do caso. O senador



Eduardo Suplicy

disse que esteve com o ministro Nelson Jobim para se informar sobre as providências adotadas pelo órgão com o objetivo de elucidar os crimes.

Ele afirmou, ainda, que o

governador Divaldo Suruagy não deve considerar o trabalho de peritos designados pelo Ministério da Justiça para apurar a morte de PC Farias como uma intervenção branca. Ao contrário, acentuou, deve apoiar o trabalho dos especialistas, uma vez que sobre o acontecimento não pode haver qualquer dúvida ou mistério.

- O povo brasileiro quer saber quem matou PC Farias. Por isso, todos os esforços têm que ser desenvolvidos na apuração desse crime - disse Suplicy.



Roberto Freire

Freire condena as demissões de bancários

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apelou às lideranças partidárias para que apressem a votação de projeto de lei de iniciativa de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que proíbe os bancos beneficiários de recursos do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro) de efetuarem demissões. "Infelizmente, em Pernambuco, o Banco Central admite e até incentiva as demissões em bancos que sofreram intervenção", acusou Freire, acrescentando que o banco não age com a mesma intolância na sua relação com os banqueiros.

O parlamentar disse que o projeto de Antonio Carlos Magalhães prevê com justiça que toda instituição financeira que receber recursos do Proer tem que respeitar um programa mínimo de garantia de emprego por um determinado período. Freire argumentou que, assim como utiliza requerimentos de urgência para tantas iniciativas menos importantes, a liderança do governo deve providenciar para que seja votado rapidamente o projeto que beneficia os bancários. "O que importa é que é correta essa posição", disse ele referindo-se ao projeto de Antonio Carlos Magalhães.

Comissão da Amazônia vai ouvir governador, prefeito e professores

A Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia decidiu ontem convidar o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, e o prefeito de Rio Branco, Jorge Viana. O governador e o prefeito deverão falar sobre os programas que estão desenvolvendo em suas administrações e, segundo a comissão, poderiam ser levados para as demais cidades da região.

Presidente da comissão, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que o plano de desenvolvimento auto-sustentado criado pelo governo do Amapá é "altamente inovador" e a exposição a ser feita por

Alberto Capiberibe poderá contribuir de forma positiva para os trabalhos do relator, que é o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Já a senadora Marina Silva (PT-AC), vice-presidente da comissão, disse que o prefeito Jorge Viana, profundamente identificado com os problemas da Amazônia, também deverá trazer subsídios importantes.

Por iniciativa do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), a comissão deverá convidar ainda os professores Samuel Benchimol, do Amazonas, e Armando Mendes, do Pará. Segundo o senador, Benchimol é autor de mais de 80 livros sobre a Amazônia e

possui vasta experiência empresarial e visão acadêmica.

Instituída por força de requerimento apresentado por Ademir Andrade, a comissão pretende ouvir ministros, todos os governadores da Amazônia e realizar audiências públicas nas capitais e principais cidades da região. A pauta das próximas reuniões



Ademir Andrade

da Comissão da Amazônia será definida segunda-feira (dia 1º) porque até o final dos trabalhos de ontem os senadores ainda aguardavam esclarecimentos sobre o período de convocação extraordinária do Legislativo.

CCJ aprova criação da Rádio Senado

Relator destaca que emissora visa a permitir maior divulgação dos trabalhos da Casa e a promover maior aproximação entre o Parlamento e a sociedade

Júlio Campos quer estender benefício fiscal à educação

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei alterando a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, estendendo benefícios fiscais para a área educacional. Em sua justificativa, o senador destaca que a sua proposta poderá aumentar os recursos para a educação com a enorme vantagem de não criar um novo tributo e de abranger tanto as pessoas físicas como as jurídicas, além de não exigir lei complementar, pois ele apenas autoriza uma simples dedução no imposto de renda.

- Os benefícios estabelecidos pelo projeto permitirão a canalização de recursos para uma área que deve ser considerada

como prioridade nos próximos anos e na próxima década, a educação, sem que tenham eles que passar pelos inúmeros



Júlio Campos

canais burocráticos da atual estrutura de governo, a qual, de acordo com especialistas, consome 70% das verbas que são destinadas, por exemplo, à construção de uma escola municipal - destacou o senador.

Segundo o projeto, o valor das doações feitas por contribuintes do imposto de renda, na forma de bolsas de estudo para estudantes carentes, em todos os níveis do ensino privado, ou como investimentos em obras públicas para o setor educacional, poderá ser abatido pelas pessoas físicas até o limite de 5% da renda bruta, ou deduzido do imposto devido pelas pessoas jurídicas, observado o limite máximo de 2% dele.



Vários projetos foram aprovados na reunião de ontem da CCJ

Compra da Urucum pela Vale do Rio Doce é considerada nula

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) comunicou ao plenário que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, projeto de decreto legislativo de sua autoria acolhendo decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que declara nula a compra de ações da empresa Urucum Mineradora pela Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo o senador, o TCU considerou que a Vale do Rio

Doce agiu "de forma inconstitucional" ao adquirir o controle acionário da Urucum Mineradora sem a devida autorização do Congresso Nacional, infringindo o inciso XX do artigo 37 da Constituição.

Cabral parabenizou à Mesa Diretora pelo projeto de resolução que cria a Rádio Senado, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Casa. Segundo o senador, a rádio vai informar à população sobre todos os trabalhos dos congressistas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na manhã de ontem projeto de resolução de iniciativa da Comissão Diretora que cria a Rádio Senado. A criação da emissora, segundo o relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), visa a permitir maior divulgação dos trabalhos da Casa, bem como aproximar, mais ainda, a instituição da sociedade.

Bernardo Cabral argumentou, em seu parecer, que embora constitucionalmente definido como um dos poderes da União e, "portanto, apto à exploração de canais de radiodifusão", o Poder Legislativo não exerce tal prerrogativa, limitando-se, segundo disse, à utilização de escassos dez minutos do programa *Voz do Brasil*.

Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a comissão aprovou, ainda, mensagem do presidente da República indicando o nome de José Carlos Perrete Schulte para ocupar o cargo de suplente de ministro classista temporário do TST, como representante dos trabalhadores.

Foram aprovados, também, entre outros projetos, o que regulamentava inciso do artigo 5º da Constituição; o que dispõe sobre o registro da propriedade marítima; o que dá nova redação ao art. 190 do Código Penal Militar; o que acrescenta dispositivo ao art. 282 do Código de Processo Civil; o que institui obrigatoriedade de registro geral e do CPF dos interessados nas certidões expedidas pelos cartórios distribuidores e de protesto; o que altera a Lei das Contravenções Penais; e o que estabelece prazo prescricional de ação de reparação civil contra as estradas de ferro.

Os projetos aprovados ontem pela CCJ serão submetidos ainda à apreciação do plenário da Casa.

Marina pede suspensão de embargo de rodovias no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) comunicou ter enviado ofício ao presidente da República defendendo a suspensão do embargo do Ibama que paralisa as obras de pavimentação das rodovias BR-364 e BR-317.

Ela sugere ao Presidente a constituição de uma comissão tripartite, composta pelo governo do estado, Procuradoria Geral da República e governo federal, para que as obras se-



Marina

jam legalmente regularizadas e se conclua a investigação de corrupção.

Marina explicou que o Ibama paralisou as obras a pedido da Procuradoria da República. "Por conta do embargo, o governador sai da condição de investigado e passa à condição de vítima diante da população", disse Marina, lembrando que os senadores do Acre defendem a continuidade das obras.



O senador Eduardo Suplicy presidiu ontem a sessão em homenagem às relações com Cuba

Congresso comemora 10 anos do reatamento entre Brasil e Cuba

Autor da iniciativa, o senador Roberto Requião calcula em 34 bilhões de dólares o prejuízo cubano com o embargo dos EUA

Os dez anos do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba foram comemorados ontem em sessão especial do Congresso presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que teve ao seu lado na Mesa o embaixador cubano Ramon Sánchez Parodi.

A tônica dos pronunciamentos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Sebastião Rocha (PDT-AP) e

dos deputados Fernando Lyra, Tilden Santiago e Jandira Feghali foi de apoio a Havana e de repúdio à Lei Helms/Burton, que consolida e amplia o embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba, recentemente aprovada pelo Congresso norte-americano.

A iniciativa da homenagem foi de Roberto Requião, que criticou as imposições dos EUA ao comércio exterior de

Cuba. Ele fez um histórico do embargo econômico sofrido pela ilha há 34 anos, informando que o prejuízo sofrido pelos cubanos durante o período foi da ordem de US\$ 34 bilhões.

Sebastião Rocha pediu o aprofundamento das relações entre Brasil e Cuba. Suplicy disse esperar que Cuba "possa conviver com o Brasil sem qualquer tipo de barreira para o seu crescimento".

Energia do Paraguai vai beneficiar MS, diz Ramez Tebet

A cidade de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, finalmente terá acesso à energia



Ramez Tebet

elétrica, disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao informar que no último dia 22, em Campo Grande, foi firmado contrato entre a companhia estadual de energia elétrica e a empresa paraguaia Ande, em ato que contou com a presença do presidente daquele país. Pelo contrato, a energia que chegará a Porto Murtinho será comprada daquele país.

Segundo o senador, para que a companhia estadual levasse energia à cidade, seria preciso construir cerca de 200 quilômetros em linhas de transmissão, a custos maiores do que aqueles previstos para possibilitar o recebimento de energia do Paraguai. Assim como a decisão do governo brasileiro de construir um gasoduto para a exploração do gás boliviano, o contrato firmado por Mato Grosso do Sul com o Paraguai inclui-se na política de integração latino-americana do Mercosul, disse Tebet.

Suassuna: Fiscalização evita tragédias

A decretação da prisão dos dirigentes da Clínica Geriátrica Santa Genevêva foi um alívio, considerou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). No entanto, não é punição após mortes o que se quer e espera do poder público, mas o exercício permanente do dever consti-

tucional de fiscalização, disse.

O senador apelou ao presidente da República, aos governadores de estado e aos prefeitos municipais para que "azeitem as máquinas públicas" na área de fiscalização.



Ney Suassuna

Suassuna destacou que o País assistiu, apenas em 1996, a uma série de catástrofes que poderiam ter sido evitadas se as administrações federal, estaduais e municipais estivessem cumprindo seu dever.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sergio Silva e Wesley Cavalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal